



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

LEI Nº 1.445, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe Sobre as Diretrizes  
Orçamentárias Para o Exercício  
Financeiro de 2018.

O Prefeito Municipal.

Faço saber que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, no § 2º do Artigo 132 da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do Orçamento do Município, relativas ao exercício de 2018, compreendendo:

I - as metas e riscos fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;

III - a organização e estrutura do orçamento;

IV - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições gerais.

§ 1º As diretrizes orçamentárias têm entre suas finalidades:

I – orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual – PPA;

II – ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população.

§ 2º A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2018, bem como a aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

I – manter o equilíbrio entre receitas e despesas;

II – evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade inclusive por meio eletrônico;

III – eliminar fragilidades institucionais que comprometam a implementação dos programas;

IV – atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos no Anexo I – Metas Fiscais desta Lei.

## CAPÍTULO II DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, de que trata o Artigo 4º da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, são as identificadas no Anexo I, composto dos seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, com a respectiva memória e metodologia de cálculo;

II - Demonstrativo de avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2016;

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000

Fone: (55) 3338-1018 Secretaria de Administração (55) 3338-1022 Gabinete do Prefeito

Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [administra@novaramada.rs.gov.br](mailto:administra@novaramada.rs.gov.br)



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

III - Demonstrativo das metas fiscais previstas para 2018, 2019 e 2020, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2015, 2016 e 2017;

IV - Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido, conforme Artigo 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000;

V - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no Artigo 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000;

VI - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme Artigo 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000;

VII - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme Artigo 4º, § 2º, Inciso V, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000.

§ 1º A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei de Orçamento Anual para 2018 deverão ser compatíveis com as metas de resultado primário e resultado nominal estabelecidas no Anexo I que integra esta Lei.

§ 2º Proceder-se-á adequação das metas fiscais previstas, se durante o período decorrido entre a apresentação dessa Lei e a elaboração da proposta orçamentária para o próximo exercício, surgirem novas demandas, necessidades de alterações ou alterações na legislação ou no cenário econômico que impliquem a revisão das metas fiscais, hipótese em que os demonstrativos previstos nos Incisos I e III do caput deste Artigo serão atualizados e encaminhados junto à proposta orçamentária para o exercício de 2018.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, e para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no Artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, as receitas e despesas realizadas serão comparadas com as metas ajustadas.

Art. 3º Estão discriminados, no Anexo II, que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao Artigo 4º, § 3º, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000.

§ 1º Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a serem cumpridas em 2018, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º Também são passivos contingentes, obrigações presentes decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2018 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior, se houver, obedecida a fonte de recurso correspondente.

§ 4º Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

## CAPÍTULO III

### DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EXTRAÍDA DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2018 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2018/2021 - Lei Municipal Nº 1.435, de 03 de Agosto de 2017, e suas alterações, especificadas no Anexo III, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

§ 1º Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizados pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

§ 2º A programação da despesa na Lei de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2018, observará o atingimento das metas fiscais estabelecidas e atenderá às prioridades e metas estabelecidas no Anexo de que trata o caput deste Artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I – atendimento prioritário das despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III - despesas indispensáveis ao custeio e manutenção da administração municipal;

IV – despesas com conservação e manutenção do patrimônio público evidenciadas no Anexo IV desta Lei.

§ 3º As metas e prioridades de que trata o *caput* deste Artigo poderão ser alteradas, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2018 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 4º Na hipótese prevista no §3º, as alterações do Anexo de Metas e Prioridades serão encaminhadas juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

## CAPÍTULO IV

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Órgão Orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional.

§ 1º Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam de acordo com a Portaria MOG Nº 42, de 14 de Abril 1999 e suas atualizações.

§ 3º A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no Artigo 14 da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de Março de 1964.

§ 4º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000

Fone: (55) 3338-1018 Secretaria de Administração (55) 3338-1022 Gabinete do Prefeito

Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [administra@novaramada.rs.gov.br](mailto:administra@novaramada.rs.gov.br)



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Art. 6º Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 7º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por elementos de despesa, na forma do Artigo 15, § 1º, da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964.

Art. 8º O Orçamento para o exercício financeiro de 2018, abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo e os Fundos Municipais, e, em nível de classificação institucional, será estruturado em conformidade com a estrutura organizacional do Município.

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do Artigo 165 da Constituição Federal, no § 4º do Artigo 132 da Lei Orgânica do Município e no Artigo 2º, da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964, e será composto de:

I - texto da Lei;

II - consolidação dos quadros orçamentários;

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o Inciso II, incluindo os complementos referenciados no Artigo 22, Inciso III, da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964, os seguintes quadros:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - demonstrativo da evolução da receita, por origem de arrecadação, em atendimento ao disposto no Artigo 12 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000;

III - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o Artigo 5º, Inciso II, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000;

IV - demonstrativo das receitas por fontes e das despesas por grupo de natureza de despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme Artigo 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2º do Artigo 2º da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964;

VI - demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o Artigo 5º, Inciso I, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 10. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto do desempenho financeiro do Município e projeções para o exercício de 2018, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o Inciso I do Artigo 22 da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964;

IV - memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final do exercício de 2017 e a previsão para o exercício de 2018.

## CAPÍTULO V

### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

#### Seção I



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## Das Diretrizes Gerais

Art. 11. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas e sociedades de economia mista em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 12. A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2018 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no Parágrafo único do Artigo 48 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art. 13. Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Artigo 9º, Parágrafo único, Inciso V, desta Lei.

Parágrafo único. A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, ser delegada a Secretários, Servidores ou Comissão de Servidores.

Art. 14. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2018.

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2018, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins de cálculo do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 15. A lei orçamentária conterá reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

I - cobertura de créditos adicionais;

II - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

§ 1º A Reserva de Contingência, de que trata o Inciso I do caput deste Artigo, será fixada em no mínimo de 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência de que trata o Inciso II do caput deste Artigo não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos Artigos 41, 42 e 43 da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964.

Art. 16. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público, em cumprimento ao disposto no Artigo 45 do Parágrafo único, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, terão

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000

Fone: (55) 3338-1018 Secretaria de Administração (55) 3338-1022 Gabinete do Prefeito

Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [administra@novaramada.rs.gov.br](mailto:administra@novaramada.rs.gov.br)



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

prioridade sobre novos projetos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

§ 1º Para fins de atendimento do Artigo 45 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

§ 2º Não poderão ser programados novos projetos, à conta de anulação de dotações destinadas a obras em andamento, cuja execução financeira tenha ultrapassado 25% (vinte e cinco pontos percentuais) do custo total estimado até o final do exercício financeiro de 2017.

Art. 17. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que trata o Artigo 16, I e II, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, quando for o caso, deverá constar no processo que abriga os autos licitatórios ou na sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LC nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício de 2018, em cada evento, não exceda a cinco vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 18. A compensação de que trata o Artigo 17, § 2º, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, quando da criação ou aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no demonstrativo de que trata o Artigo 2º, VII, dessa Lei, observados os limites das respectivas dotações e os limites de gastos estabelecidos na Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, o demonstrativo será atualizado e acompanhará o respectivo expediente.

Art. 19. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, de que trata o Artigo 50 § 3º, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos obtidos com os programas desenvolvidos.

Art. 20. As metas fiscais estabelecidas no demonstrativo de que trata o Inciso I do Artigo 2º, serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas fiscais estabelecidas.

§ 1º Para fins de realização das audiências públicas previstas caput, e em conformidade com o Artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, até dois dias antes da audiência, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais.

§ 2º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no caput.

## Seção II

### Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 21. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

I - do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar Nº 141, de 13 de Janeiro de 2012;

II - do Orçamento Fiscal;

III - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo.

§ 1º As receitas de que trata os Incisos I e III deste Artigo deverão ser classificadas como receitas da seguridade social;

§ 2º O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no Artigo 9º, Parágrafo único, Inciso IV, desta Lei.

## Seção III

Das Disposições sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira

Art. 22. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

Parágrafo único. Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no Artigo 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 23. Na execução do Orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão mecanismos de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas, excluídas às vinculadas e realizadas com transferências voluntárias e outros repasses;

II - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

III - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

IV - Diárias de viagem;

V - Cortes de despesas na área de pessoal.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2017, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do Artigo 9º da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000 e do Artigo 28 da Lei Complementar Federal Nº 141, de 13 de Janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no Artigo 25 desta Lei.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000

Fone: (55) 3338-1018 Secretaria de Administração (55) 3338-1022 Gabinete do Prefeito

Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [administra@novaramada.rs.gov.br](mailto:administra@novaramada.rs.gov.br)



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

§ 3º Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por unidade orçamentária.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no Artigo 9º, § 1º, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 6º Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do Artigo 65 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 24. O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida à programação financeira, será efetuado até o dia 20 de cada mês, em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 2º Ao final do exercício financeiro de 2018, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3º O eventual saldo de recursos financeiros que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2019.

Art. 25. Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

§ 1º Para fins disposto no *caput*, no caso dos recursos de transferências voluntárias, de operações de crédito e outros recursos vinculados, considerar-se-á garantido o ingresso no fluxo de caixa, a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da execução dos recursos mencionados no *caput* deste artigo.

Art. 26. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2018, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais poderão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000

Fone: (55) 3338-1018 Secretaria de Administração (55) 3338-1022 Gabinete do Prefeito

Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [administra@novaramada.rs.gov.br](mailto:administra@novaramada.rs.gov.br)





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Art. 27. Para efeito do disposto no § 1º do Artigo 1º e Artigo 42 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

## Seção IV

### Das Diretrizes sobre Alterações da Lei Orçamentária

Art. 28. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o Artigo 43, § 3º, da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida no Artigo 8º, Parágrafo único, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000.

§ 2º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do Artigo 43 da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2018, obedecida a fonte de recursos correspondente.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto Executivo, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2018 e em créditos adicionais, em decorrência de ajustes, extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como quaisquer alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no Artigo 6º desta Lei.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 30. As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, incluídas e desdobradas através de Decreto Executivo, para atender às necessidades de execução.

## Seção V

### Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

#### Subseção I

##### Das Subvenções Sociais

Art. 31. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do Artigo 16 da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas da cultura, assistência social, saúde e educação.

#### Subseção II

##### Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 32. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

- I - estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;
- II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2018; ou
- III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Parágrafo único. No caso dos incisos I e II do *caput*, a transferência dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização do ordenador de despesa, com a justificativa para a escolha da entidade.

Art. 33. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o Artigo 12, § 6º, da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964.

## Subseção III

### Dos Auxílios

Art. 34. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no Artigo 12, § 6º, da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;
- II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do meio ambiente;
- III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;
- IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal Nº 9.790, de 23 de Março de 1999, e que participem da execução de programas constantes no Plano Plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;
- V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas;
- VI - voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais;
- VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis;
- VIII - voltadas a atividades sociais nas áreas de entretenimento cultural, esportivo e recreativo;
- IX - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

Parágrafo único. No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

## Subseção IV

### Das Disposições Gerais

Art. 35. Sem prejuízo das disposições contidas nos Artigos 31, 32, 33 e 34 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

- I - execução da despesa na modalidade de aplicação “50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos” e nos elementos de despesa “41 - Contribuições”, “42 - Auxílio” ou “43 - Subvenções Sociais”;
- II - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, no convênio ou instrumento congênere;
- III – inexistência de prestação de contas rejeitada pelo Município;
- IV - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria (ata de eleição da diretoria), comprovação da atividade regular nos últimos três anos, através da inscrição ativa no CNPJ e

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000

Fone: (55) 3338-1018 Secretaria de Administração (55) 3338-1022 Gabinete do Prefeito

Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [administra@novaramada.rs.gov.br](mailto:administra@novaramada.rs.gov.br)



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

ainda, declaração emitida e assinada pelo representante legal, sob pena da lei, de funcionamento regular da entidade beneficiária nos exercícios de 2015, 2016 e 2017;

V - manifestação prévia e expressa da assessoria jurídica do Município sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria; e

VI – apresentação, pela entidade, de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos municipais e os administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União e o certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e para as entidades filantrópicas, ainda, a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria Municipal de Administração verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção.

Art. 36. As determinações contidas nesta seção, não são aplicadas aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

Art. 37. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma dos Artigos 31, 32, 33, e 34 que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros, bens mensuráveis economicamente, prestação de serviços e representação ou divulgação do Município.

Art. 38. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos ou a pessoas físicas, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27, e 28 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, e observadas no que couber, as disposições desta Seção.

§ 1º Em atendimento ao disposto no Artigo 19 da Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964, a destinação de recursos às entidades privadas de que trata o caput somente poderá ocorrer por meio de subvenções, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o “caput” deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação “60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa “45 – Subvenções Econômicas”.

§ 3º No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida no caput será efetivada através dos programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.

Art. 39. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 40. Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei Nº 11.107, de 06 de Abril de 2005.

Art. 41. As transferências de recursos de que trata esta seção serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições financeiras oficiais, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no Artigo 50, II da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 42. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios, de que trata esta seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

I - movimentação mediante conta bancária;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Ato do prefeito poderá autorizar, mediante justificativa dos convenientes ou executores, o pagamento em espécie a fornecedores e prestadores de serviços, desde que identificados no recibo ou documento fiscal pertinente.

## Seção VI

Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos.

Art. 43. Observado o disposto no Artigo 27 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré -seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;

IV - assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo;

§ 2º As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 44. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 45. O Projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no Artigo 167 Inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 46. No exercício de 2018, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, do Poder Executivo e Legislativo, ainda as mencionadas no Artigo 11 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000.

§ 1º Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de sua proposta orçamentária de 2018, relativo à pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de agosto de 2017, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o disposto no Artigo 48 desta Lei.

§ 2º A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipal e dos subsídios de que trata o § 4º do Artigo 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000

Fone: (55) 3338-1018 Secretaria de Administração (55) 3338-1022 Gabinete do Prefeito

Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [administra@novaramada.rs.gov.br](mailto:administra@novaramada.rs.gov.br)



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

§ 3º Para serviços de zeladoria, limpeza de prédios públicos e serviços gerais realizados em praças e outros espaços públicos, o Município poderá realizar terceirização de serviços com a contratação de cooperativas, microempreendedores ou empresas.

§ 4º Não se considera substituição de servidores públicos, os contratos de prestação de serviços efetuados por terceiros, desde que:

I – não incluídos nos quadro de cargos e empregos, salvo expressa disposição legal em contrário, relativa a cargo ou emprego, extintos;

II – não tem caráter permanente;

III – não caracteriza relação direta de emprego.

Art. 47. Para fins dos limites previstos no Artigo 19, Inciso III, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa Nº 18, de 22 de Dezembro de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 48. Para fins de atendimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Art. 49. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no Artigo 169 § 1º da Constituição Federal, desde que observada à legislação vigente, respeitado os limites previstos nos Artigos 20 e 22 Parágrafo único da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, e cumpridas às exigências previstas nos Artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV - prover cargos em comissão e funções de confiança;

V - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;

VI - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

VII - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

VIII - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

§ 1º No caso dos Incisos I, II, III e IV, além dos requisitos estabelecidos no caput deste Artigo, os Projetos de Lei deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, para os efeitos dos Artigos 16 e 17 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000:

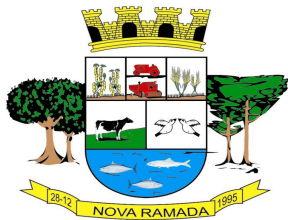
I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual para 2018-2021, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000

Fone: (55) 3338-1018 Secretaria de Administração (55) 3338-1022 Gabinete do Prefeito

Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [administra@novaramada.rs.gov.br](mailto:administra@novaramada.rs.gov.br)



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

§ 2º No caso de provimento de cargos e empregos, salvo quando este ocorrer até o final do ano subsequente ao de sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo correspondente, juntamente com a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

§ 3º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos Artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 4º Ficam dispensados da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 50. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

- I – as situações de emergência ou de calamidade pública;
- II – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
- III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

## CAPÍTULO VIII

### DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

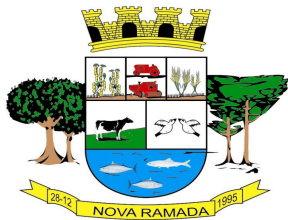
Art. 51. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de Projetos de Lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2018, especialmente sobre:

- a) atualização da planta genérica de valores do Município;
- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
- g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
- h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
- i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 52. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no Inciso II do Artigo 51 desta Lei, ou essas o sejam parcialmente de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Art. 53. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerada na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do seu impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste Artigo, a elevação do montante de recursos recebidos pelo município, oriundos da elevação de alíquotas e/ou ampliação da base de cálculo de tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos Artigos 157 e 158 da Constituição Federal.

§ 3º Não se sujeita às regras do §1º a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.

Art. 54. Conforme permissivo do Artigo 172, Inciso III, da Lei Federal Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o Inciso II, do § 3º do Artigo 14, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55. Para fins de atendimento ao disposto no Artigo 62 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado no atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária, ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, habitação, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o caput deste artigo.

Art. 56. As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei Municipal Nº 1.435, de 03 de agosto de 2017 - Plano Plurianual 2018/2021 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do Inciso III do § 3º do Artigo 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

a) pessoal e encargos sociais; e

b) serviço da dívida.

§ 2º Também não serão admitidas as emendas que acarretem a alteração dos limites constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde.

§ 3º As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão preservar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000

Fone: (55) 3338-1018 Secretaria de Administração (55) 3338-1022 Gabinete do Prefeito

Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [administra@novaramada.rs.gov.br](mailto:administra@novaramada.rs.gov.br)



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

§ 4º Para fins do disposto no Artigo 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência referida no Inciso I do Artigo 14 os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2018, ficarem sem despesas correspondentes.

Art. 57. Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão Técnica Permanente de Finanças e Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 58. Em consonância com o que dispõe o § 5º do Artigo 166 da Constituição Federal e o Artigo 146 da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito, enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações ao Projeto de Lei Orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 59. Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até 31 de Dezembro de 2017, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos legalmente vinculados à educação, saúde e assistência social, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

§ 3º Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2018, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 60. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

NOVA RAMADA/RS, 11 de Outubro de 2017.

Marcus Jair Bandeira  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Marinez de Lima Rubert  
Secretária Municipal de Administração



# ANEXO I

Município de Nova Ramada - RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS**  
2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c/PIB)	% PIB (c/RCL) x 100	% RCL
Receita Total	14.750.000,00	14.136.476,90	0,003	100,000	15.850.000,00	14.565.847,77	0,003	100,000	17.000.000,00	14.985.780,18	0,003	100,000
Receita Primária (I)	14.551.950,00	13.946.664,75	0,003	98,657	15.656.050,00	14.387.611,42	0,003	98,776	16.828.275,00	14.834.401,76	0,003	98,990
Despesa Total	14.750.000,00	14.136.476,90	0,003	100,000	15.850.000,00	14.565.847,77	0,003	100,000	17.000.000,00	14.985.780,18	0,003	100,000
Despesa Primária (II)	14.750.000,00	14.136.476,90	0,003	100,000	15.850.000,00	14.565.847,77	0,003	100,000	17.000.000,00	14.985.780,18	0,003	100,000
Resultado Primário (III) = (I - II)	(198.050,00)	(189.812,15)	-	(1,343)	(193.950,00)	(178.236,35)	-	(1,224)	(171.725,00)	(151.378,42)	-	(1,010)
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Divida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Divida Consolidada Líquida	(2.500.000,00)	(2.396.013,03)	(0,001)	(16,949)	(1.800.000,00)	(1.654.165,68)	-	(11,356)	(1.450.000,00)	(1.278.198,90)	-	(8,529)
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI)=(IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, 08/Set/2017, 11h e 24m.

NOTA EXPLICATIVA: O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

PREMISSAS, MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais foram extraídos do Sistema de Expectativas de Mercado, no site do Banco Central do Brasil, com posição em 02/06/2017, sendo estes: IPCA-Média Anual, projetado em 4,34% para 2018, 4,29% para 2019, 4,25% para 2020, e 4,19% para 2021; Variação do PIB estimada em 2,36%, 2,60%, 2,50% e 2,55%, respectivamente para os exercícios 2018, 2019, 2020 e 2021. Esses indicadores são os mesmos utilizados na elaboração do PPA 2018-2021, sendo estes mantidos na composição das estimativas para a LDO 2018, dada a insegurança conjuntural e a instabilidade econômica do país, momento este que não nos convém fazer novas projeções pelo curto espaço de tempo entre as leis, e sem definições mais exatas divulgadas por órgãos governamentais e de assessoramento. Foram também utilizadas na composição das receitas informações internas baseadas na média de arrecadação e outras premissas como planta de valores, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, estimativa populacional e movimento econômico, crescimento real das receitas, dentre outros. Os números estão apresentados em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação).

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação e crescimento real no cálculo das despesas com pessoal e estimativa para a manutenção nos demais custeios. Em relação aos investimentos considerou-se a previsão dessas despesas, em nível que viabilize a manutenção dos já existentes.

3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi mantido o cálculo das projeções do PPA 2018-2021 (pessoal efetivo, nomeações, contratações e seus encargos), com incremento de 8% nesse item de despesa, sendo considerado nesse percentual os efeitos do crescimento vegetativo da folha salarial com relação aos servidores efetivos de 3%, e de estimados 5% para um possível aumento real conjuntamente com a revisão geral anual prevista no Artigo 37 da Constituição Federal.

4 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou-se a metodologia estabelecida pela STN. O Resultado Primário previsto para os três exercícios foi considerado suficiente para a manutenção do equilíbrio fiscal. O Resultado Nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido de um exercício com relação ao exercício anterior. Já na estimativa do montante da Dívida Líquida, considerou-se a estimativa das disponibilidades financeiras manifestada pelo executivo municipal para o final do exercício de 2017 no valor de R\$ 3.900.000,00, projetando-se os valores de R\$ 2.500.000,00 para o exercício de 2018, de R\$ 1.800.000,00 para o exercício de 2019 e de R\$ 1.450.000,00 para o exercício de 2020.

Município de Nova Ramada - RS  
 Lei de Diretrizes Orçamentárias  
**Anexo I - Estimativa das receitas**  
**Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais**  
 Dados Aprovados pelo Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Aprovada na Íntegra Fundamento Legal: 1.445/2017 Data: 11/10/2017 Tipo: Lei  
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação	Receitas Previstas			
	2018		Total	
	Direta	Indireta		
<b>Receitas Correntes</b>				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	17.362.900,00	-	17.362.900,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	604.000,00	-	604.000,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	198.050,00	-	198.050,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	333.900,00	-	333.900,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	16.156.950,00	-	16.156.950,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	70.000,00	-	70.000,00
<b>Total de Receitas</b>		<b>17.362.900,00</b>	<b>-</b>	<b>17.362.900,00</b>
<b>Deduções da receita</b>				
<b>Descontos Concedidos</b>				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	5.500,00	-	5.500,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.500,00	-	5.500,00
<b>Deduções da receita</b>				
<b>FUNDEB</b>				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	2.607.400,00	-	2.607.400,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	2.607.400,00	-	2.607.400,00
<b>Total das Deduções</b>		<b>2.612.900,00</b>	<b>-</b>	<b>2.612.900,00</b>
<b>Total Líquido das Receitas</b>		<b>14.750.000,00</b>	<b>-</b>	
<b>Total Geral</b>		<b>14.750.000,00</b>		<b>14.750.000,00</b>

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

## Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

Valores em R\$ 1,00

	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA 2014	ARRECADADA 2015	ARRECADADA 2016	REESTIMADO 2017	PROJETADO 2018	PROJETADO 2019	PROJETADO 2020
<b>1.0.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Receitas Correntes</b>	<b>13.343.649,51</b>	<b>13.896.705,00</b>	<b>16.098.896,00</b>	<b>16.169.500,00</b>	<b>17.362.900,00</b>	<b>18.669.900,00</b>	<b>20.040.000,00</b>
<b>1.1.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>461.955,87</b>	<b>450.677,04</b>	<b>565.219,37</b>	<b>518.100,00</b>	<b>607.000,00</b>	<b>640.000,00</b>	<b>660.000,00</b>
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas	172.597,32	158.995,00	232.404,00	239.000,00	304.000,00	317.000,00	329.000,00
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo	719,59	745,00	786,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Demais Impostos	241.261,29	244.270,67	267.911,51	214.600,00	232.000,00	249.000,00	255.000,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	44.945,10	40.849,34	62.114,25	60.200,00	66.500,00	69.500,00	71.500,00
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	2.432,57	5.817,03	2.004,61	3.300,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00
<b>1.2.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Contribuições</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>1.2.1.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Contribuições Sociais</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>1.3.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Receita Patrimonial</b>	<b>389.938,13</b>	<b>490.035,00</b>	<b>553.084,00</b>	<b>296.244,00</b>	<b>198.050,00</b>	<b>193.950,00</b>	<b>171.725,00</b>
<b>1.3.2.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Valores Mobiliários</b>	<b>389.938,13</b>	<b>490.035,00</b>	<b>553.084,00</b>	<b>221.244,00</b>	<b>198.050,00</b>	<b>193.950,00</b>	<b>171.725,00</b>
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	126.809,06	109.616,00	161.683,00	103.294,00	107.661,00	117.800,00	111.302,00
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	263.129,07	380.419,00	391.401,00	117.950,00	90.389,00	76.150,00	60.423,00
<b>1.3.6.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Cessão de Direitos</b>				<b>75.000,00</b>		-	-
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária					-	-	-
1.5.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Industrial					-	-	-
<b>1.6.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Receita de Serviços</b>	<b>255.708,09</b>	<b>285.760,64</b>	<b>260.382,17</b>	<b>314.350,00</b>	<b>330.900,00</b>	<b>347.000,00</b>	<b>365.325,00</b>
<b>1.7.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Transferências Correntes</b>	<b>12.140.333,41</b>	<b>12.579.460,00</b>	<b>14.630.950,00</b>	<b>14.967.055,00</b>	<b>16.156.950,00</b>	<b>17.418.950,00</b>	<b>18.770.950,00</b>
<b>1.7.1.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Transferências da União e de suas Entidades</b>	<b>7.375.061,35</b>	<b>7.493.024,00</b>	<b>8.731.746,00</b>	<b>8.640.844,00</b>	<b>9.308.000,00</b>	<b>10.040.000,00</b>	<b>10.818.000,00</b>
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	6.044.433,05	6.353.305,00	7.262.618,00	7.163.000,00	7.735.000,00	8.350.000,00	9.000.000,00
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	268.102,99	353.783,00	535.969,00	598.000,00	645.000,00	695.000,00	750.000,00
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho		-			-	-	-
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	22.038,41	33.844,00	34.946,00	27.000,00	32.000,00	35.000,00	38.000,00
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais					-	-	-
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	391.752,38	322.574,00	423.366,00	375.058,00	395.000,00	426.000,00	460.000,00
1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	157.143,39	168.244,00	191.541,00	203.661,00	210.000,00	227.000,00	245.000,00
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	133.016,53	144.744,00	148.627,00	144.126,00	150.000,00	157.000,00	166.000,00
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	25.404,00	25.762,00	26.820,00	28.000,00	30.000,00	32.000,00	34.000,00
1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	100.000,00	71.237,00	61.103,00	80.000,00	85.000,00	90.000,00	95.000,00
1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União	233.170,60	19.530,00	46.757,00	22.000,00	26.000,00	28.000,00	30.000,00

<b>1.7.2.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades</b>	<b>3.829.884,56</b>	<b>4.157.863,00</b>	<b>4.790.621,00</b>	<b>5.326.047,00</b>	<b>5.738.950,00</b>	<b>6.190.950,00</b>	<b>6.672.950,00</b>
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	3.347.493,95	3.584.348,00	4.127.090,00	4.594.000,00	4.960.000,00	5.355.000,00	5.777.000,00
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	156.619,72	175.146,00	204.198,00	180.000,00	195.000,00	210.000,00	226.000,00
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	59.490,97	69.057,00	51.541,00	78.000,00	85.000,00	90.000,00	95.000,00
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.068,76	4.059,00	11.190,00	18.000,00	20.000,00	22.000,00	24.000,00
1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados		-			-	-	-
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados		-			-	-	-
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	183.173,05	238.920,00	317.704,00	374.334,00	394.000,00	425.000,00	458.000,00
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	82.038,11	86.332,00	78.899,00	80.763,00	84.000,00	88.000,00	92.000,00
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados				950,00	950,00	950,00	950,00
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades					-	-	-
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas					-	-	-
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	935.387,50	928.573,00	1.108.583,00	1.000.164,00	1.110.000,00	1.188.000,00	1.280.000,00
1.7.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior					-	-	-
1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas					-	-	-
<b>1.9.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>95.714,01</b>	<b>90.772,32</b>	<b>89.260,46</b>	<b>73.750,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>72.000,00</b>
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	26.199,99	40.114,63	25.541,24	30.900,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	69.514,02	50.657,69	63.719,22	42.850,00	40.000,00	40.000,00	42.000,00
<b>1.9.9.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Demais Receitas Correntes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas					-	-	-
<b>2.0.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.549.539,03</b>	<b>373.709,00</b>	<b>379.935,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>2.1.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Operações de Crédito</b>					-	-	-
<b>2.2.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Alienação de Bens</b>	<b>-</b>	<b>84.040,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		84.040,00			-	-	-
<b>2.4.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Transferências de Capital</b>	<b>1.496.824,05</b>	<b>259.425,00</b>	<b>344.250,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	924.471,16	259.425,00	344.250,00		-	-	-
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	572.352,89				-	-	-
<b>2.9.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Outras Receitas de Capital</b>	<b>52.714,98</b>	<b>30.244,00</b>	<b>35.685,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2.9.9.0.00.1.1.02.00.00	Remuneracao de Depósitos Bancários - Principal	52.714,98	30.244,00	35.685,00		-	-	-
<b>9.0.0.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>( R ) Deduções da Receita</b>	<b>- 1.942.655,39</b>	<b>- 2.060.615,00</b>	<b>- 2.349.882,00</b>	<b>- 2.419.500,00</b>	<b>- 2.612.900,00</b>	<b>- 2.819.900,00</b>	<b>- 3.040.000,00</b>
9.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Deduções da Receita de Impostos					-	-	-
<b>9.1.7.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Deduções para o FUNDEB</b>	<b>(1.931.096,13)</b>	<b>(2.048.292,00)</b>	<b>(2.341.442,00)</b>	<b>(2.414.000,00)</b>	<b>(2.607.400,00)</b>	<b>(2.814.400,00)</b>	<b>(3.034.000,00)</b>
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente	(11.559,26)	(12.323,00)	(8.440,00)	(5.500,00)	(5.500,00)	(5.500,00)	(6.000,00)
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>12.950.533,15</b>	<b>12.209.799,00</b>	<b>14.128.948,00</b>	<b>13.750.000,00</b>	<b>14.750.000,00</b>	<b>15.850.000,00</b>	<b>17.000.000,00</b>

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

## Memória de Cálculo das Estimativas das Despesas

Valores em R\$ 1,00

	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	REALIZADA 2014	REALIZADA 2015	REALIZADA 2016	REESTIMADO 2017	PROJETADO 2018	PROJETADO 2019	PROJETADO 2020
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.802.388,98	10.830.302,16	11.957.468,06	14.478.490,89	14.163.000,00	15.005.000,00	15.830.000,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.474.799,77	5.996.187,88	6.935.296,52	8.113.630,62	8.329.946,85	8.910.765,51	9.533.770,81
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretos	5.136.683,54	5.635.281,64	6.543.022,36	7.668.730,62	7.873.040,97	8.428.945,02	9.025.624,43
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	338.116,23	360.906,24	392.274,16	444.900,00	456.905,88	481.820,49	508.146,38
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.327.589,21	4.834.114,28	5.022.171,54	6.364.860,27	5.833.053,15	6.094.234,48	6.296.229,19
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	4.272.350,18	4.756.705,35	4.881.790,26	6.213.360,27	5.619.959,03	5.861.054,97	6.049.375,57
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	55.239,03	77.408,93	140.381,28	151.500,00	213.094,12	233.179,51	246.853,62
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.454.477,59	1.506.877,51	2.140.460,61	856.078,54	487.000,00	745.000,00	1.050.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.454.477,59	1.506.877,51	2.140.460,61	854.078,54	487.000,00	745.000,00	1.050.000,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executvi / Indiretas	1.447.607,59	1.504.818,51	2.139.370,61	810.478,54	472.000,00	730.000,00	1.020.000,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	6.870,00	2.059,00	1.090,00	43.600,00	15.000,00	15.000,00	30.000,00
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	2.000,00	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos					-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras				2.000,00		-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				117.000,00	100.000,00	100.000,00	120.000,00
	<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>11.256.866,57</b>	<b>12.337.179,67</b>	<b>14.097.928,67</b>	<b>15.451.569,43</b>	<b>14.750.000,00</b>	<b>15.850.000,00</b>	<b>17.000.000,00</b>

Município de Nova Ramada - RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
2018

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	13.150.000,00	0,003	100,000	14.128.948,08	0,004	100,220	978.948,08	7,44
Receita Primária (I)	13.005.553,50	0,003	98,902	13.575.863,75	0,004	96,296	570.310,25	4,39
Despesa Total	13.150.000,00	0,003	100,000	14.097.928,67	0,004	99,999	947.928,67	7,21
Despesa Primária (II)	13.150.000,00	0,003	100,000	14.097.928,67	0,004	99,999	947.928,67	7,21
Resultado Primário (III)=(I - II)	(144.446,50)	-	(1,098)	(522.064,92)	-	(3,703)	(377.618,42)	261,42
Resultado Nominal	300.000,00	-	2,281	391.760,28	-	2,779	91.760,28	30,59
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Dívida Consolidada Líquida	(1.500.000,00)	-	(11,407)	(4.584.965,71)	(0,001)	(32,522)	(3.084.965,71)	205,66

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, 08/Set/2017, 11h e 12m.

NOTA EXPLICATIVA: O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2016), evidenciando o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado na audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2016 (art. 9º, § 4º da LRF), o Resultado Primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ -522.064,92. O desempenho verificado demonstra que o ingresso de receitas primárias (não financeiras) foi << insuficiente >> para suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 13.575.863,75 << superior >> a projeção para o período de R\$ 13.005.553,50. As despesas não financeiras atingiram R\$ 14.097.928,67 << superior >> a previsão de R\$ 13.150.000,00 para o período, gerando o resultado primário mencionado.

O Resultado Nominal de R\$ 391.760,28 apurado, é resultante da variação da Dívida Fiscal Líquida apurada em 31/12/2015 no valor de R\$ -4.976.725,99, comparativamente ao valor de R\$ -4.584.965,71 apurado no final do exercício de 2016.

Não houve constituição de dívidas no período considerado.

Município de Nova Ramada - RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
2018

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	12.300.000,00	13.150.000,00	6,91	13.750.000,00	4,56	14.750.000,00	7,27	15.850.000,00	7,46	17.000.000,00	7,26
Receita Primária (I)	12.123.583,28	13.005.553,50	7,27	13.528.756,04	4,02	14.551.950,00	7,56	15.656.050,00	7,59	16.828.275,00	7,49
Despesa Total	12.300.000,00	13.150.000,00	6,91	13.750.000,00	4,56	14.750.000,00	7,27	15.850.000,00	7,46	17.000.000,00	7,26
Despesa Primária (II)	12.300.000,00	13.150.000,00	6,91	13.750.000,00	4,56	14.750.000,00	7,27	15.850.000,00	7,46	17.000.000,00	7,26
Resultado Primário (III)=(I - II)	(176.416,72)	(144.446,50)	-18,12	(221.243,96)	53,17	(198.050,00)	-10,48	(193.950,00)	-2,07	(171.725,00)	-11,46
Resultado Nominal	2.000.000,00	300.000,00	-85,00	300.000,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Dívida Pública Consolidada	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Dívida Consolidada Líquida	(1.800.000,00)	(1.500.000,00)	-16,67	(1.800.000,00)	20,00	(2.500.000,00)	38,89	(1.800.000,00)	-28,00	(1.450.000,00)	-19,44

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	12.999.870,00	12.422.047,50	-3,18	13.070.342,21	3,04	14.136.476,90	2,81	14.565.847,77	3,04	14.985.780,18	2,88
Receita Primária (I)	12.813.415,17	12.305.377,52	-3,15	12.860.034,26	3,00	13.946.664,75	3,09	14.387.611,42	3,16	14.834.401,76	3,11
Despesa Total	12.999.870,00	12.442.047,50	-3,18	13.070.342,21	3,04	14.136.476,90	2,81	14.565.847,77	3,04	14.985.780,18	2,88
Despesa Primária (II)	12.999.870,00	12.442.047,50	-3,18	13.070.342,21	3,04	14.136.476,90	2,81	14.565.847,77	3,04	14.985.780,18	2,88
Resultado Primário (III)=(I - II)	(186.454,83)	(136.669,98)	-0,03	(210.307,95)	-0,05	(189.812,15)	-14,21	(178.236,35)	-6,10	(151.378,42)	-15,07
Resultado Nominal	2.113.800,00	283.848,99	0,07	285.171,10	0,06	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Dívida Pública Consolidada	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Dívida Consolidada Líquida	(1.902.420,00)	(1.419.244,96)	-0,36	(1.711.026,62)	-0,39	(2.396.013,03)	-33,11	(1.654.165,68)	-30,96	(1.278.198,90)	-22,73

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, 08/Set/2017, 09h e 32m.

NOTA EXPLICATIVA: Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017), bem como para os dois seguintes (2019 e 2020), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesa Total, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas e Despesas de 2015, 2016 e 2017 foram extraídos das respectivas Leis Orçamentárias Anuais.

Os valores da previsão do Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida de 2015, 2016 e 2017 foram extraídos dos respectivos anexos de Metas Fiscais.

Em relação às previsões para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, os valores, a metodologia, as premissas de cálculo utilizadas e a respectiva memória de cálculo, são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais da LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.



Município de Nova Ramada - RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
2018

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	20.781.365,99	96,67	19.056.904,32	91,70	16.192.771,67	84,97
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	714.769,74	3,33	1.724.461,67	8,30	2.864.132,65	15,03
<b>TOTAL</b>	<b>21.496.135,73</b>	<b>100,00</b>	<b>20.781.365,99</b>	<b>100,00</b>	<b>19.056.904,32</b>	<b>100,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, 08/Set/2017, 09h e 43m.

NOTA EXPLICATIVA:

O presente demonstrativo visa demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016), cumprindo desta forma o disposto no art.4º, § 2º, inciso III da LRF. Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período 2014 a 2016, aponta que o saldo patrimonial << aumentou >> de R\$ 19.056.904,32 em 31/12/2014, para R\$ 21.496.135,73 em 31/12/2016, apresentando um resultado patrimonial superavitário.

Município de Nova Ramada - RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
2018

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	5.506,92	84.040,00	-
Alienação de Bens Móveis	5.506,92	84.040,00	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	57.026,14	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	57.026,14	-	-
Investimentos	57.026,14	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2016 (g)=((Ia-IIId)+IIIh)	2015 (h)=((Ib-IIe)+ IIIi)	2014 (i)=(Ic-IIf)
VALOR (III)	32.520,78	84.040,00	-

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, 08/Set/2017, 09h e 51m.

NOTA EXPLICATIVA: Este demonstrativo tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016). Os dados apresentados permitem afirmar que o município no exercício de 2016, dispõe de recursos obtidos da alienação de ativos, para aplicação na forma prescrita pelo Art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Município de Nova Ramada - RS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
 2018

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
TOTAL			-	-	-	

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, 08/Set/2017, 09h e 55m.

NOTA EXPLICATIVA: Este demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO, estabelecendo ainda medidas de compensação que serão adotadas, visando dar cumprimento ao disposto no art.4º, § 2º, inciso V, da LRF.

O município não prevê, no momento, renúncias a constar nesta LDO.

Município de Nova Ramada - RS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
 2018

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2018	
Aumento Permanente da Receita		(19.321,93)
(-) Transferências Constitucionais		-
(-) Transferências ao FUNDEB		8.717,45
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		(28.039,38)
Redução Permanente da Despesa(II)		-
Margem Bruta (III) = (I + II)		(28.039,38)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		(371.834,74)
Novas DOCC		(371.834,74)
Novas DOCC geradas por PPP		-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		343.795,36

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, 08/Set/2017, 11h e 19m.

NOTA EXPLICATIVA: A demonstração da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC, visa assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento. Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, cumprindo desta forma a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2018, considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2017-2018.

Na mesma linha, como aumento permanente das despesas obrigatórias de caráter continuado que terão impacto em 2018, foi considerado a diferença real do biênio 2017-2018 com relação as despesas de pessoal e encargos (pessoal efetivo, nomeações, crescimento vegetativo e revisão geral anual conforme o PPA 2018-2021), e para outras despesas correntes, estimada uma projeção sem crescimento real, em valores mínimos para viabilizar às manutenções, chegando-se assim a margem líquida de expansão.

A Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, poderá ser utilizada pelo Poder Executivo como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto na LDO.

# ANEXO II

Município de Nova Ramada - RS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
 2018

ARF(LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	20.000,00		
Assistências Diversas	80.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva da Contingência	100.000,00
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00
TOTAL	100.000,00	TOTAL	100.000,00

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento , SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, 08/Set/2017, 13h e 34m.

NOTA EXPLICATIVA: O Anexo de Riscos Fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente as contas públicas, indicando de forma preventiva, as providências a serem tomadas, caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

# ANEXO III

Fundamento Legal: 1.445/2017 - Lei - Aprovada na Íntegra

Órgão	Valores	
	2018	Total
01-CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	685.000,00	685.000,00
02-GABINETE DO PREFEITO	773.000,00	773.000,00
03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	725.000,00	725.000,00
04-SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	755.000,00	755.000,00
05-SEC.MUN.DE OBRAS,VIAÇÃO E TRÂNSITO	2.470.000,00	2.470.000,00
06-SEC.MUN.DE EDUCAÇÃO,CULT.,DESP.E TURISMO	3.300.000,00	3.300.000,00
07-SEC.MUN.DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000.000,00	4.000.000,00
08-SEC.MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.600.000,00	1.600.000,00
09-SEC.MUN.DE PLANEJAMENTO E DESENV.ECONÔM.	157.000,00	157.000,00
98-ENCARGOS ESPECIAIS	285.000,00	285.000,00
<b>TOTAL DA LDO</b>	<b>14.750.000,00</b>	<b>14.750.000,00</b>



Fundamento Legal: Lei 1.445/2017 - Lei - Aprovada na Íntegra

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Origem dos Recursos	Valores	
		2018	Total
01-CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
01.01-CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
1-Legislativa			
31-Ação Legislativa			
2-Gestão Legislativa			
2.001.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO		TOTAL	632.000,00
		VALOR PRÓPRIO	632.000,00
		VALOR VINCULADO	-
2.002.000-DIVULGAÇÃO OFICIAL E PUBLICIDADE		TOTAL	30.000,00
		VALOR PRÓPRIO	30.000,00
		VALOR VINCULADO	-
2.003.000-MANUTENÇÃO DO ESPAÇO DO LEGISLATIVO		TOTAL	23.000,00
		VALOR PRÓPRIO	23.000,00
		VALOR VINCULADO	-
02-GABINETE DO PREFEITO			
02.01-GABINETE DO PREFEITO			
4-Administração			
122-Administração Geral			
1-Apoio Administrativo			
2.004.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE		TOTAL	490.000,00
		VALOR PRÓPRIO	490.000,00
		VALOR VINCULADO	-
2.005.000-MANTER AÇÕES DESCENTRALIZADAS POR CONVÊNIO		TOTAL	1.000,00
		VALOR PRÓPRIO	1.000,00
		VALOR VINCULADO	-
2.006.000-PROMOÇÃO DE EVENTOS, RECEPÇÕES E FESTIVIDADES		TOTAL	16.000,00
		VALOR PRÓPRIO	16.000,00
		VALOR VINCULADO	-
124-Controle Interno			
1-Apoio Administrativo			
2.007.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO		TOTAL	120.000,00
		VALOR PRÓPRIO	120.000,00
		VALOR VINCULADO	-
131-Comunicação Social			
1-Apoio Administrativo			
2.008.000-COMUNICAÇÃO SOCIAL E PUBLICIDADE		TOTAL	55.000,00
		VALOR PRÓPRIO	55.000,00
		VALOR VINCULADO	-
243-Assistência à Criança e ao Adolescente			
1-Apoio Administrativo			
2.009.000-MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR		TOTAL	86.000,00
		VALOR PRÓPRIO	86.000,00

Fundamento Legal: Lei 1.445/2017 - Lei - Aprovada na Íntegra

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Origem dos Recursos	Valores	
		2018	Total
	VALOR VINCULADO	-	-
2.010.000-MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMDICA	TOTAL	2.000,00	2.000,00
	VALOR PRÓPRIO	2.000,00	2.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
02.02-FUMDICA - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA			
8-Assistência Social			
243-Assistência à Criança e ao Adolescente			
72-Apoio Socio Familiar			
2.011.000-ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	TOTAL	3.000,00	3.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	3.000,00	3.000,00
03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
03.01-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
4-Administração			
122-Administração Geral			
1-Apoio Administrativo			
2.012.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	TOTAL	625.000,00	625.000,00
	VALOR PRÓPRIO	625.000,00	625.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.013.000-REAPARELHAMENTO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO	TOTAL	70.000,00	70.000,00
	VALOR PRÓPRIO	70.000,00	70.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
131-Comunicação Social			
1-Apoio Administrativo			
2.014.000-DIVULGAÇÃO OFICIAL	TOTAL	30.000,00	30.000,00
	VALOR PRÓPRIO	30.000,00	30.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
04-SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA			
04.01-SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA			
4-Administração			
123-Administração Financeira			
1-Apoio Administrativo			
2.015.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA FAZENDA	TOTAL	745.000,00	745.000,00
	VALOR PRÓPRIO	745.000,00	745.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
129-Administração de Receitas			
1-Apoio Administrativo			
2.016.000-CAMPANHA COMPRE NO COMÉRCIO DE NOVA RAMADA	TOTAL	10.000,00	10.000,00
	VALOR PRÓPRIO	10.000,00	10.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
05-SEC.MUN.DE OBRAS,VIAÇÃO E TRÂNSITO			
05.01-OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO			

Fundamento Legal: Lei 1.445/2017 - Lei - Aprovada na Íntegra

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Origem dos Recursos	Valores	
		2018	Total
4-Administração			
122-Administração Geral			
1-Apoio Administrativo			
2.017.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO	TOTAL	230.000,00	230.000,00
	VALOR PRÓPRIO	230.000,00	230.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
6-Segurança Pública			
181-Policiamento			
51-Ampliação e Qualificação da Infraestrutura			
2.018.000-SERVIÇOS DE TRÂNSITO	TOTAL	3.000,00	3.000,00
	VALOR PRÓPRIO	2.000,00	2.000,00
	VALOR VINCULADO	1.000,00	1.000,00
15-Urbanismo			
451-Infra-Estrutura Urbana			
51-Ampliação e Qualificação da Infraestrutura			
1.001.000-PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	TOTAL	20.000,00	20.000,00
	VALOR PRÓPRIO	20.000,00	20.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
1.002.000-AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS PÚBLICOS	TOTAL	20.000,00	20.000,00
	VALOR PRÓPRIO	20.000,00	20.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.019.000-MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS PÚBLICOS	TOTAL	130.000,00	130.000,00
	VALOR PRÓPRIO	130.000,00	130.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
17-Saneamento			
452-Serviços Urbanos			
51-Ampliação e Qualificação da Infraestrutura			
2.020.000-MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA	TOTAL	160.000,00	160.000,00
	VALOR PRÓPRIO	160.000,00	160.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
544-Recursos Hídricos			
51-Ampliação e Qualificação da Infraestrutura			
1.003.000-ABASTECIMENTO DE ÁGUA	TOTAL	5.000,00	5.000,00
	VALOR PRÓPRIO	5.000,00	5.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.021.000-MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	TOTAL	280.000,00	280.000,00
	VALOR PRÓPRIO	280.000,00	280.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
25-Energia			
752-Energia Elétrica			
51-Ampliação e Qualificação da Infraestrutura			
1.004.000-IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA	TOTAL	5.000,00	5.000,00

Fundamento Legal: Lei 1.445/2017 - Lei - Aprovada na Íntegra

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Origem dos Recursos	Valores	
		2018	Total
	VALOR PRÓPRIO	5.000,00	5.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.022.000-MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA	TOTAL	160.000,00	160.000,00
	VALOR PRÓPRIO	160.000,00	160.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
26-Transporte			
782-Transporte Rodoviário			
51-Ampliação e Qualificação da Infraestrutura			
1.005.000-CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE PARADAS DE ONIBUS	TOTAL	5.000,00	5.000,00
	VALOR PRÓPRIO	5.000,00	5.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
1.006.000-IMPLANTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	TOTAL	2.000,00	2.000,00
	VALOR PRÓPRIO	2.000,00	2.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
1.007.000-AQUISIÇÃO/RENOVAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	TOTAL	10.000,00	10.000,00
	VALOR PRÓPRIO	10.000,00	10.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.023.000-MANUTENÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	TOTAL	650.000,00	650.000,00
	VALOR PRÓPRIO	650.000,00	650.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.024.000-MELHORAMENTO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	TOTAL	790.000,00	790.000,00
	VALOR PRÓPRIO	769.000,00	769.000,00
	VALOR VINCULADO	21.000,00	21.000,00
06-SEC.MUN.DE EDUCAÇÃO,CULT.,DESP.E TURISMO			
06.01-EDUCAÇÃO			
12-Educação			
122-Administração Geral			
1-Apoio Administrativo			
2.025.000-GESTÃO EDUCACIONAL	TOTAL	104.000,00	104.000,00
	VALOR PRÓPRIO	104.000,00	104.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.026.000-MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO	TOTAL	2.000,00	2.000,00
	VALOR PRÓPRIO	2.000,00	2.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
306-Alimentação e Nutrição			
63-Assistência ao Educando			
2.037.000-MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	TOTAL	1.000,00	1.000,00
	VALOR PRÓPRIO	1.000,00	1.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.038.000-ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	TOTAL	50.000,00	50.000,00
	VALOR PRÓPRIO	50.000,00	50.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-

Fundamento Legal: Lei 1.445/2017 - Lei - Aprovada na Íntegra

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Origem dos Recursos	Valores	
		2018	Total
2.039.000-ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL/ PRÉ-ESCOLA	TOTAL	6.000,00	6.000,00
	VALOR PRÓPRIO	6.000,00	6.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.040.000-ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL/CRECHE	TOTAL	5.000,00	5.000,00
	VALOR PRÓPRIO	5.000,00	5.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.041.000-ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL	1.000,00	1.000,00
	VALOR PRÓPRIO	1.000,00	1.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
361-Ensino Fundamental			
61-Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica			
1.008.000-AQUISIÇÃO/RENOVAÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DA EDUCAÇÃO	TOTAL	45.000,00	45.000,00
	VALOR PRÓPRIO	45.000,00	45.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.027.000-MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL	TOTAL	40.000,00	40.000,00
	VALOR PRÓPRIO	40.000,00	40.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.028.000-MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	TOTAL	456.000,00	456.000,00
	VALOR PRÓPRIO	456.000,00	456.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
62-Transporte Escolar			
2.032.000-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAMENTAL	TOTAL	667.000,00	667.000,00
	VALOR PRÓPRIO	667.000,00	667.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
362-Ensino Médio			
62-Transporte Escolar			
2.033.000-MANTER TRANSPORTE DO ENSINO MÉDIO	TOTAL	150.000,00	150.000,00
	VALOR PRÓPRIO	150.000,00	150.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
363-Ensino Profissional			
62-Transporte Escolar			
2.034.000-MANTER TRANSPORTE PROFISSIONALIZANTE	TOTAL	3.000,00	3.000,00
	VALOR PRÓPRIO	3.000,00	3.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
364-Ensino Superior			
62-Transporte Escolar			
2.035.000-MANTER TRANSPORTE DO ENSINO SUPERIOR	TOTAL	40.000,00	40.000,00
	VALOR PRÓPRIO	40.000,00	40.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
365-Educação Infantil			
61-Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica			
1.009.000-CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	TOTAL	10.000,00	10.000,00

Fundamento Legal: Lei 1.445/2017 - Lei - Aprovada na Íntegra

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Origem dos Recursos	Valores	
		2018	Total
	VALOR PRÓPRIO	10.000,00	10.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.029.000-MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL/PRE-ESCOLA	TOTAL	153.000,00	153.000,00
	VALOR PRÓPRIO	153.000,00	153.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.030.000-MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	TOTAL	52.000,00	52.000,00
	VALOR PRÓPRIO	52.000,00	52.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
62-Transporte Escolar			
2.036.000-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR INFANTIL	TOTAL	25.000,00	25.000,00
	VALOR PRÓPRIO	25.000,00	25.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
367-Educação Especial			
61-Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica			
2.031.000-ATENÇÃO A EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL	40.000,00	40.000,00
	VALOR PRÓPRIO	40.000,00	40.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
06.02-FUNDEB-FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIM			
12-Educação			
361-Ensino Fundamental			
61-Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica			
2.042.000-MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	TOTAL	70.000,00	70.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	70.000,00	70.000,00
2.043.000-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL REMUNERADOS NO MÍNIMO DO FUNDEB	TOTAL	760.000,00	760.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	760.000,00	760.000,00
365-Educação Infantil			
61-Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica			
2.044.000-MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL/PRE-ESCOLA	TOTAL	40.000,00	40.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	40.000,00	40.000,00
2.045.000-PROFISSIONAIS DO PRÉ-ESCOLAR REMUNERADOS NO MÍNIMO DO FUNDEB	TOTAL	90.000,00	90.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	90.000,00	90.000,00
2.046.000-MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	TOTAL	15.000,00	15.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	15.000,00	15.000,00
2.047.000-PROFISSIONAIS DE CRECHE REMUNERADOS NO MÍNIMO DO FUNDEB	TOTAL	125.000,00	125.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	125.000,00	125.000,00
367-Educação Especial			

Fundamento Legal: Lei 1.445/2017 - Lei - Aprovada na Íntegra

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Origem dos Recursos	Valores	
		2018	Total
61-Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica			
2.048.000-MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL	15.000,00	15.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	15.000,00	15.000,00
06.03-CULTURA, DESPORTO E TURISMO			
13-Cultura			
392-Difusão Cultural			
64-Incentivo à Cultura			
0.001.000-INCENTIVO A ENTIDADES CULTURAIS	TOTAL	20.000,00	20.000,00
	VALOR PRÓPRIO	20.000,00	20.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.049.000-APOIO À CULTURA, MÚSICA E ARTES	TOTAL	109.000,00	109.000,00
	VALOR PRÓPRIO	109.000,00	109.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.050.000-MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS CULTURAIS	TOTAL	80.000,00	80.000,00
	VALOR PRÓPRIO	80.000,00	80.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.051.000-MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL	TOTAL	1.000,00	1.000,00
	VALOR PRÓPRIO	1.000,00	1.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
23-Comércio e Serviços			
695-Turismo			
65-Promoção ao Turismo			
2.052.000-APOIO E INCENTIVO AO TURISMO	TOTAL	19.500,00	19.500,00
	VALOR PRÓPRIO	19.500,00	19.500,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.053.000-MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO	TOTAL	500,00	500,00
	VALOR PRÓPRIO	500,00	500,00
	VALOR VINCULADO	-	-
27-Desporto e Lazer			
812-Desporto Comunitário			
66-Incentivo ao Desporto e Lazer			
1.011.000-IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS PARA ESPORTES E LAZER	TOTAL	10.000,00	10.000,00
	VALOR PRÓPRIO	10.000,00	10.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.054.000-INCENTIVO E APOIO AO DESPORTO E LAZER COMUNITÁRIO	TOTAL	80.000,00	80.000,00
	VALOR PRÓPRIO	80.000,00	80.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.055.000-MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS DESPORTIVOS	TOTAL	15.000,00	15.000,00
	VALOR PRÓPRIO	15.000,00	15.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
07-SEC.MUN.DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			

Fundamento Legal: Lei 1.445/2017 - Lei - Aprovada na Íntegra

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Origem dos Recursos	Valores	
		2018	Total
07.01-SAÚDE			
10-Saúde			
302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
71-Gestão da Saúde			
2.056.000-OUTRAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE			
	TOTAL	100.000,00	100.000,00
	VALOR PRÓPRIO	100.000,00	100.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
07.02-FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10-Saúde			
301-Atenção Básica			
71-Gestão da Saúde			
1.012.000-BLOCO DE INVESTIMENTO			
	TOTAL	50.000,00	50.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	50.000,00	50.000,00
2.057.000-GESTÃO DO SUS			
	TOTAL	510.000,00	510.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	510.000,00	510.000,00
2.058.000-BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA			
	TOTAL	1.900.000,00	1.900.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	1.900.000,00	1.900.000,00
302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
71-Gestão da Saúde			
1.012.000-BLOCO DE INVESTIMENTO			
	TOTAL	55.000,00	55.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	55.000,00	55.000,00
2.059.000-MANUTENÇÃO DO CISA			
	TOTAL	10.000,00	10.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	10.000,00	10.000,00
2.060.000-BLOCO DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
	TOTAL	590.000,00	590.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	590.000,00	590.000,00
303-Suporte Profilático e Terapêutico			
71-Gestão da Saúde			
2.061.000-BLOCO DE ASSISTENCIA FARMACÊUTICA			
	TOTAL	218.000,00	218.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	218.000,00	218.000,00
304-Vigilância Sanitária			
71-Gestão da Saúde			
2.062.000-AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
	TOTAL	15.000,00	15.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	15.000,00	15.000,00
305-Vigilância Epidemiológica			



Fundamento Legal: Lei 1.445/2017 - Lei - Aprovada na Íntegra

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Origem dos Recursos	Valores	
		2018	Total
71-Gestão da Saúde			
2.063.000-AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL	TOTAL	37.000,00	37.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	37.000,00	37.000,00
07.03-FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOC			
8-Assistência Social			
241-Assistência ao Idoso			
72-Apoio Sócio Familiar			
2.064.000-GRUPO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS	TOTAL	5.000,00	5.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	5.000,00	5.000,00
244-Assistência Comunitária			
72-Apoio Sócio Familiar			
1.013.000-IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O CRAS	TOTAL	7.000,00	7.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	7.000,00	7.000,00
2.065.000-SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	TOTAL	450.000,00	450.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	450.000,00	450.000,00
2.066.000-ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS	TOTAL	7.000,00	7.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	7.000,00	7.000,00
2.067.000-ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO	TOTAL	17.000,00	17.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	17.000,00	17.000,00
2.068.000-FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL	TOTAL	2.000,00	2.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	2.000,00	2.000,00
2.069.000-MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	TOTAL	1.000,00	1.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	1.000,00	1.000,00
2.070.000-BENEFÍCIOS EVENTUAIS	TOTAL	16.000,00	16.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	16.000,00	16.000,00
07.04-FMHIS - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E I			
16-Habitação			
244-Assistência Comunitária			
73-Habitação e Desenvolvimento Social			
1.014.000-IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS	TOTAL	10.000,00	10.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	10.000,00	10.000,00
08-SEC.MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			

Fundamento Legal: Lei 1.445/2017 - Lei - Aprovada na Íntegra

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Origem dos Recursos	Valores	
		2018	Total
08.01-AGRICULTURA			
20-Agricultura			
122-Administração Geral			
1-Apoio Administrativo			
2.071.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	TOTAL	163.000,00	163.000,00
	VALOR PRÓPRIO	163.000,00	163.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.072.000-MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA	TOTAL	14.000,00	14.000,00
	VALOR PRÓPRIO	14.000,00	14.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
606-Extensão Rural			
81-Fomento à Produção e Produtividade			
1.015.000-AQUISIÇÃO/RENOVAÇÃO DE VEÍCULOS PARA AGRICULTURA	TOTAL	35.000,00	35.000,00
	VALOR PRÓPRIO	35.000,00	35.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.073.000-MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS DA AGRICULTURA	TOTAL	140.000,00	140.000,00
	VALOR PRÓPRIO	140.000,00	140.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.074.000-AÇÕES DE EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	TOTAL	352.000,00	352.000,00
	VALOR PRÓPRIO	352.000,00	352.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
608-Promoção da Produção Agropecuária			
81-Fomento à Produção e Produtividade			
1.016.000-IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇO COBERTO	TOTAL	30.000,00	30.000,00
	VALOR PRÓPRIO	30.000,00	30.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
1.017.000-PATRULHA AGRÍCOLA MUNICIPAL	TOTAL	30.000,00	30.000,00
	VALOR PRÓPRIO	30.000,00	30.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
1.018.000-INCENTIVO AOS AGRICULTORES, ASSOCIAÇÕES E AGROINDÚSTRIAS	TOTAL	100.000,00	100.000,00
	VALOR PRÓPRIO	100.000,00	100.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.075.000-FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	TOTAL	344.000,00	344.000,00
	VALOR PRÓPRIO	344.000,00	344.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.076.000-MELHORIA AOS ACESSOS E INFRAESTRUTURA RURAL	TOTAL	60.000,00	60.000,00
	VALOR PRÓPRIO	60.000,00	60.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.077.000-MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS TROCA TROCA DO ESTADO	TOTAL	20.000,00	20.000,00
	VALOR PRÓPRIO	20.000,00	20.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
609-Defesa Agropecuária			

Fundamento Legal: Lei 1.445/2017 - Lei - Aprovada na Íntegra

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Origem dos Recursos	Valores	
		2018	Total
81-Fomento à Produção e Produtividade			
2.078.000-INCENTIVO À SANIDADE ANIMAL	TOTAL	25.000,00	25.000,00
	VALOR PRÓPRIO	25.000,00	25.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
08.02-FUNDEMA - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO M			
18-Gestão Ambiental			
541-Preservação e Conservação Ambiental			
82-Gestão e Proteção Ambiental			
2.080.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE	TOTAL	200.000,00	200.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	200.000,00	200.000,00
2.081.000-MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	TOTAL	12.000,00	12.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	12.000,00	12.000,00
2.082.000-PROTEÇÃO, CONDUÇÃO E ARMAZENAMENTO DAS ÁGUAS	TOTAL	63.000,00	63.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	63.000,00	63.000,00
2.083.000-FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO	TOTAL	12.000,00	12.000,00
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	12.000,00	12.000,00
09-SEC.MUN.DE PLANEJAMENTO E DESENV.ECONÔM.			
09.01- PLANEJAMENTO E DESENV. ECONÔMICO			
4-Administração			
121-Planejamento e Orçamento			
1-Apoio Administrativo			
2.084.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	TOTAL	134.000,00	134.000,00
	VALOR PRÓPRIO	134.000,00	134.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
2.085.000-MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO - COMUDE	TOTAL	1.000,00	1.000,00
	VALOR PRÓPRIO	1.000,00	1.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
23-Comércio e Serviços			
334-Fomento ao Trabalho			
91-Fomento à Geração de Emprego e Renda			
2.086.000-INCENTIVO AO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS	TOTAL	4.000,00	4.000,00
	VALOR PRÓPRIO	4.000,00	4.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
09.02-FUMDEC - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL			
6-Segurança Pública			
182-Defesa Civil			
1-Apoio Administrativo			
2.087.000-MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL	TOTAL	18.000,00	18.000,00

Fundamento Legal: Lei 1.445/2017 - Lei - Aprovada na Íntegra

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Origem dos Recursos	Valores	
		2018	Total
	VALOR PRÓPRIO	-	-
	VALOR VINCULADO	18.000,00	18.000,00
98-ENCARGOS ESPECIAIS			
98.01-AÇÕES NÃO INTEGRANTES DO PPA			
28-Encargos Especiais			
845-Transferências			
0-Encargos Especiais			
0.002.000-RESTITUIÇÃO DE RECURSOS	TOTAL	10.000,00	10.000,00
	VALOR PRÓPRIO	10.000,00	10.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
0.003.000-CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	TOTAL	147.500,00	147.500,00
	VALOR PRÓPRIO	147.500,00	147.500,00
	VALOR VINCULADO	-	-
0.004.000-OUTROS ENCARGOS GERAIS	TOTAL	27.500,00	27.500,00
	VALOR PRÓPRIO	27.500,00	27.500,00
	VALOR VINCULADO	-	-
846-Outros Encargos Especiais			
9999-Reserva de Contingência			
0.005.000-OUTROS ENCARGOS GERAIS	TOTAL	100.000,00	100.000,00
	VALOR PRÓPRIO	100.000,00	100.000,00
	VALOR VINCULADO	-	-
	<b>TOTAL DA LDO</b>	<b>14.750.000,00</b>	<b>14.750.000,00</b>